

UMA ABORDAGEM DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NA EMEI JOÃO MORELE EM QUARAÍ – RS¹

Daniela Castilhos Nicola²

Rosani Casanova Junckes³

Resumo: Individualmente o indivíduo possui ritmo de aprendizagem diferente dos demais, fato que se enfatiza ao apresentar limitações decorrentes de certa deficiência. No ensino infantil torna-se favorável para o desenvolvimento cognitivo e físico, respaldado por lei e objetivando a inclusão escolar sem qualquer cunho discriminatório. Buscou-se delimitar como é realizada a inclusão escolar no ensino infantil, utilizando como objeto de estudo o EMEI Joao Morele, situado na cidade de Quaraí/RS, onde através da análise dos dados possibilitou o comparativo entre a teoria e prática cotidiano, concluindo que ainda há necessidade de melhores condições de infraestrutura física e humana para êxito nas propostas pedagógicas.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Educação Infantil. Atuação dos Professores

1 INTRODUÇÃO

Durante a infância o indivíduo deve ser capaz de exercitar suas habilidades cognitivas e afetivas, exemplificando pela capacidade de sentir, amar, chorar e compreender, através das descobertas em torno das descobertas do mundo em qual vive, tornando-o autônomo para realização de atividades de seu cotidiano (MUSSATO, 2017).

Caracterizando o ambiente escolar como propicio para a construção do cultural, moral e cidadã, sendo assegurado através da constituição federal de 1988 o direito a educação a todos e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB) 9394/96 (MUSSATO, 2017).

Diante disto através da LDB estabelece o período da educação infantil como iniciação da educação básica designando como essencial para amadurecimento cognitivo e físico do indivíduo até seus 6 anos de idade. Ademais, ainda se ressalta a

1 Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Sul de Santa Catarina, sob orientação do(a) professor(a) Rosani Casanova Junckes, no segundo semestre de 2019.

2 Acadêmico do curso Pedagogia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: daniela-nicola@hotmail.com

3 Especialista em Educação Especial – Instituição. Professor (a) Titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.



importância de reestruturação e promovendo a inclusão desde o início da vida escolar, respaldada nas políticas (CARNEIRO, 2012).

Para Biaggio (2007, p. 19) “o aumento do número de crianças deficientes na educação infantil faz parte no movimento mundial pela inclusão. Mas se a política de inclusão educacional traz benefícios para todos, também lança novos desafios para instituições, professores e sociedade”.

Com isto, pode-se citar a abrangência das políticas públicas em torno da inclusão escolar para crianças com necessidades especial, destacando a elaboração em 2001 do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, visando a criação de diretrizes para realização eficaz da inserção deste aluno no ambiente escolar (CARNEIRO, 2012).

Neste contexto, cabe-se os questionamentos a Educação Infantil proporciona atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais? Há uma educação que respeita a diversidade? A partir destes e de embasamento bibliográfico em artigos científicos, trabalhos acadêmicos e documentos legislativos oficiais, delimita-se a problemática: Como está ocorrendo a inclusão na Escola de Educação Infantil João Batista Ferreira Morele na cidade de Quaraí, Rio Grande do Sul no ano 2016?

O intuito desta pesquisa visa a resolução da questão acima, por meio de uma investigação sobre os desafios apresentados cotidianamente aos docentes, com ênfase na inclusão, bem como o posicionamento que a criança ocupa neste educandário.

No decorrer do presente artigo poderá observa-se seções relevantes incluindo esta introdutória, tais como: a fundamentação teórica no item 2, onde se apresenta temas como inclusão na educação infantil de ensino, Bases Legais Da Política Da Inclusão Escolar No Sistema Educacional Brasileiro e Desafios Para A Inclusão Escolar Na Realidade Brasileira.

Posteriormente no item 3 será possível visualizar a análise e resultados dos dados obtidos através de pesquisa realizada, para fim de verificação da problemática apresentada anteriormente, por fim se realizará o aspecto conclusivo.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No decorrer deste capítulo, se apresentará breve referencial teórico em torno de assuntos oportunos para realização da problemática proposta neste trabalho.

2.1 A Inclusão Na Educação Infantil De Ensino

A educação infantil é suma importância, não apenas para o atendimento da inclusão da criança que já apresenta uma deficiência diagnosticada, mas para a prevenção de déficits no desenvolvimento daqueles que se apresentam em ambiente de risco, ou seja, que não têm suas capacidades e habilidades estimuladas no ambiente familiar (COTONHOTO, 2014).

Torna-se então a responsabilidade da escola o acolhimento e assistência necessária conforme as necessidades de seu público, podendo utilizar da abordagem de novas metodologias educacionais para, na medida em que tem a promovendo o desenvolvimento integral da criança (MUSSATO, 2017).

Com isto, nota-se a relevância da constituição brasileira de 88 acerca da igualdade nas escolas públicas, abrangendo também creches e pré-escolas sendo responsabilidade do estado o comprimento destas. Acrescenta-se a determinação da LDB/96 sobre a inserção da educação infantil no currículo básico de ensino, contemplando crianças de 0 a 6 anos de idade (GALAN et al., 2017).

A educação infantil parece ser o estágio cuja perspectiva inclusiva pode ocorrer de forma mais natural, tanto pelas características particulares inerentes a essa etapa do processo educacional quanto pelos aspectos de desenvolvimento dessa faixa etária. (VITTA, 2004).

Conseqüentemente a abrangência em torno da educação inclusiva expandiu-se consideravelmente, cabendo a escola ampliar seu olhar para a diversidade, bem como acolher, respeitar e valorizar para afim do comprimento da concepção e exercício social da escola através da reestruturação para recepção das diversas necessidades apresentadas pelos alunos (CARNEIRO, 2012).



2.2 Bases Legais Da Política Da Inclusão Escolar No Sistema Educacional Brasileiro

Na constituição federal brasileira de 88 diz em seu art. 206 inciso I a garantia da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, p. 123). Acrescentando dos incisos I, III e IV do art. 208:

“I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988, p.124).

De acordo com Mantoan (2003), o atendimento educacional especializado não corresponde a educação especial, correspondendo apenas como segunda opção, ou seja, um apoio apenas quando necessário.

Do mesmo modo torna-se perceptível que a garantia escolar para alunos com deficiência está prevista na constituição brasileira desde 1960, o ensino realizava-se em turmas paralelas desta maneira não havia inclusão com os demais. Apenas nos anos 90 passou-se a defender a ideia da realização de matrículas em turmas gerais do ensino regular de ensino (VELTRONE, 2008).

A lei de Diretrizes e Bases (1996) e o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998) enfatizam a indissociabilidade do cuidar e do educar, respeitando a singularidade e individualidade de cada criança, e as diferenças cognitivas, econômicas, culturais, étnicas e religiosas,

Salienta-se o trecho do Referencial Nacional:

“educar significa propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural, cuidar significa ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, valorizar e ajudar a desenvolver capacidades” (BRASIL,1998, p.23-24).

Conforme o Conselho Nacional De Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB), em resolução nº 2/01 instaurou-se as Diretrizes Nacionais para a

Educação Especial na Educação Básica, onde prevê o ensino especializado, atendimento e metodologias que contemplem as necessidades educacionais apresentadas pelos alunos (VELTRONE, 2008).

Destacando o inciso III do art. 8:

“III- flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória” (BRASIL, 2001).

Através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no ano de 2008, incumbiu-se ao estado a responsabilidade da promoção educativa sem discriminações ou exclusão, com assistência de profissionais especializados em casos de necessidades que possam ser apresentadas em ambiente escolar (GALAN et al., 2017).

Inúmeros são os debates acerca da educação inclusiva, resultando dos documentos citados anteriormente na Lei nº 13.146, denominada de Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência, tornando-se oportuno salientar seu art.27:

“Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 7).

Igualmente, o parágrafo único do artigo acima:

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015, p.7).

Deste modo, percebe-se a trajetória importante da educação inclusiva acerca das políticas públicas, sendo encargo do estado ofertar assistência necessária para inclusão de alunos com necessidades especiais e a escola realizar esta de forma não discriminatória, possibilitando o amadurecimento cognitivo e físico do aluno, através da oferta de um ensino de qualidade, valorizando a permanência deste aluno dentro do âmbito escolar (GALAN et al., 2017).



2.3 Desafios Para A Inclusão Escolar Na Realidade Brasileira

Em virtude dos assuntos mencionados nos subcapítulos anteriores, percebe-se que alunos com necessidades especiais requerem a utilização de metodologias pedagógicas próprias para entendimento no ensino-aprendizagem principalmente ao que diz respeito a educação infantil. Enfatizando que a absorção dos conteúdos se torna de fácil compreensão se os mesmos estiverem familiarizados com o âmbito escolar (GALAN et al., 2017).

Ainda sob o pensamento de Galan et al (2017), considera-se que as escolas estão recepcionando uma abrangência maior de alunos com necessidades especiais, salientando que os docentes atuantes não possuem qualificação especializada para atender as individualidades dos mesmos.

Para o êxito da inclusão escolar cabe ao docente maturar sobre sua formação buscando qualificação, visto que o mesmo deve ser capaz de reconhecer as limitações físicas, emocionais e cognitiva de seus alunos (GALAN et al., 2017).

Cabe ao docente rever seus próprios conceitos, romper paradigmas e preconceitos afim de oportunizar fortalecimento em sua metodologia de ensino, promovendo modificações em pensamentos errôneos em torno do processo de aprendizagem e respeito a alunos que necessitem de atendimento especial (CORREIA, 2014).

A reorganização curricular torna-se um desafio, bem como a infra estrutural, de modo que a propagação de novos métodos pedagógicos e comunicativos afim que preencher todas as lacunas existentes. Embasa-se isto nas políticas inclusivas que impõem a fortificação humana e financeira, bem como assistência pedagógica qualificada tanto no ensino público como privado (CORREIA, 2014).

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A coleta dos dados se deu por meio de pesquisa qualitativa por meio de pergunta abertas, possibilitando maior absorção das respostas, com docente atuante a 8 anos na educação infantil com formação em Letras e Pedagogia, salientando que não possui especialização em Educação Especial apenas curso de curta duração ofertado pela prefeitura municipal no ano de 2016.

Enfatiza-se que a mesma é ministra aulas a um ano e meio, para aluno com Síndrome de Down, anteriormente sua única experiência com inclusão escolar foi com aluno com Transtorno do espectro autista permanecendo por dois anos em sua classe. No início, a inclusão ocorreu de forma dificultosa sendo amenizada durante o passar dos dias, informando que devido esta inclusão subtraiu-se dois alunos.

Ademais, acrescentou sua apreensão inicial ao recepcionar um aluno em sua sala de aula, conduzindo ao questionamento: Como o mesmo iria se comportar no ambiente escolar e com os demais? Visto que seu histórico de adaptação escolar anterior não obteve êxito e a única informação disponibilizada a mesma, foi que o mesmo er um aluno com Síndrome de Down e classificado como mais agitado da rede municipal.

Conseqüentemente, houve procura por parte da docente em informações através de meios eletrônicos, juntamente com material disponibilizado pela Coordenadoria de Educação Especial, esta que realizava visitar periódicas para orientação e adaptação das atividades exercidas, no entanto enfatizou que a prática escolar foi de suma importância para realização da inclusão.

Ao ser questionada se houvesse a opção de aceitar ou não o aluno com necessidades especiais em sua classe, ela relata que esta aceitação é uma questão de cidadania, mas a existência de uma equipe de apoio torna-se essencial para adaptação aluno/professor/escola.

De forma geral, esta equipe deveria apresentar profissionais visando o auxílio das especificidades apresentadas pelos alunos, deste pode-se citar fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. A preocupação da docente, é que a mesma possui capacitação para trabalhar com a socialização e alfabetização do aluno, sendo essencial esse apoio paralelo para contemplar a aprendizagem.

Houve por parte da mesma apreensão ao recepcionar o aluno devido a pouca experiência, devido a escassez de informações em torno do aluno e comentários como “ele é agitado”, visto que o saber sobre o mesmo só seria possível dentro de sala.

Simultaneamente a docente relata seu pensamento errôneo sobre a inclusão escolar, pensando que a mesma ocorria apenas com o objetivo de socialização, porém através de sua experiência tornou-se perceptível que os mesmos são capazes de perpassar pelos processos de aprendizagem adquirindo conhecimentos a cerca da linguagem oral e escrita, bem como matemática.

Ainda assim, salienta a importância benéfica da linguagem oral para a comunicação e socialização na classe regular, podendo então desenvolver hábitos do cotidiano, tais como: brincar, trocar e emprestar brinquedos, colocar-se em uma fila respeitando o posicionamento, lavar as mãos, comer, apenas por meia da visualização dos demais.

Considera-se que a inclusão acrescentou consideravelmente de maneira positiva a vida profissional e pessoal da educadora, visto que há abrangência significativa no acréscimo de crianças especiais no ambiente escolar. Além de ampliar seu conhecimento profissional, acerca da inclusão através de leis existentes e conversas com famílias que possuem vivência com criança com Síndrome de Down, afim de delimitar quais os comportamentos comuns.

Semelhantemente identifica-se que o primeiro fator de aprendizagem a ser desenvolvimento pelo aluno, foi sua sociabilidade com os demais acrescido do entendimento e respeito as regras impostas.

Ademais, a mesma salienta que o termo aluno especial deve ser visto apenas por apresentar qualquer tipo de deficiência e que os mesmos tratamento que os demais, exemplificando pela solicitação de repetição dos lanches escolares visto que é permitido apenas uma servida por aluno.

As práticas pedagógicas utilizadas dentro de sala de aula recorreram em modificações, tais como adaptações das atividades solicitadas, ao perceber que a há exigência superior as limitações cognitivas apresentadas pelo aluno adapta-se através de brinquedos a explicação. Também, utiliza-se do recurso musical quando o aluno manifesta comportamento nervoso, de certa maneira beneficiando os demais pois o ambiente torna-se propicio e calmo.

Os alunos são distribuídos em grupos de duas a cinco crianças, também há utilização de semi retângulos para assim promover a socialização e ajuda mutua entre todos, no inicio houve a necessidade explicativas afim de esclarecer questionamentos das crianças em torno do desenvolvimento do colega com Síndrome de Down, rompendo o paradigma de doença e diferenciação, trabalhando assim os valores das mesmas.

Uma vez que, o desenvolvimento apresentado foi de grande significância, nota-se que o aluno ainda apresenta novas aprendizagens, atualmente o mesmo consegue discernir sobre sua participação na rotina escolar, que a horário para cada atividade.

Posterior, a introdução oral e escrita, visto que pequenos reconhecimentos sobre as letras ou formulação de frase como “Posso beber água?” é converte-se em um salto considerável de seu desenvolvimento, em virtude de que o mesmo não recebia estímulo algum sendo necessária a mudança de instituição escolar anteriormente.

O preconceito acerca dos pais dos demais integrantes da sala, tornou-se um aspecto dificultou visto que pelo olhar da docente os mesmos não obtêm muita aceitação, sendo solicitada diversas vezes por familiares que seus entes não sentassem perto do aluno especial.

A docente recomenda que os demais devam passar pela experiência de possuir alunos portadores de necessidades especiais mesmo que ainda não haja estrutura suficiente pra recepção dos mesmos, tendo a necessidade de maior incentivo das políticas públicas municipais para execução desse respaldo.

Por fim, sugere-se que a recepção destes alunos seja realizada com o coração e mente aberta, pois não há receita ou instrução certa cada aluno apresenta peculiaridades próprias e para preenchimento das lacunas ocorrentes, deve-se tentar todos os métodos possíveis dos tradicionais ao tecnológicos afim de obter êxito no propósito pedagógico.

Destacando-se que não há possibilidade de sucesso na inclusão se não houver disponibilidade e colaboração da comunidade escolar, pois há cobrança em torno do professor e o mesmo necessita o auxílio de todos, recepcionando todos como iguais não havendo discriminação por menor que seja.

O sistema educacional ao torno torna-se beneficiário através das políticas inclusivas, visto que possibilitou maior contato da comunidade escolar com alunos portadores de deficiência, visto que anteriormente os mesmos ficavam em classes



separadas afastando-os dos demais e há aumento considerável na procura de matrículas para inserção no ensino regular de ensino.

3 CONCLUSÕES

Não se pode esquecer de que a inclusão escolar é mais do que apenas colocar alunos com deficiência nas escolas regulares, ou o direito a uma vaga e uma carteira numa classe de ensino regular, e não limitando-se à formulação de leis e decretos. Somente isso não assegura educação de qualidade para todos. É necessária uma profunda mudança de mentalidade, de paradigmas, de conceitos e preconceitos.

É de fundamental importância para toda a sociedade que a inclusão educacional aconteça de forma efetiva e com qualidade. Mas, para que isso ocorra, é necessária uma grande reflexão sobre a prática pedagógica vigente sobre os espaços oferecidos, a preparação da equipe a trabalhar com a diversidade, o apoio de equipes especializadas e o envolvimento real do Estado, no intuito de fazer com que tudo isso aconteça de forma concreta, saindo dos papéis para se consolidar na sociedade que, a partir daí, dará um grande passo rumo à sociedade inclusiva.

Apesar de o foco desta pesquisa centrar-se na inclusão educacional de alunos com necessidades educativas especiais na educação infantil, acredita-se que a escola deve praticar a inclusão para todas as diferenças, assumindo uma postura de educação para todos.

Comparando a teoria e prática, nota-se um distanciamento entre o que esta exigido nas bases legais e a realidade escolar afim de expandir a permanência de crianças com necessidades especiais no ensino regular, a receptividade inclusiva, mesmo que adaptada no EMEI, do aluno com Síndrome de Down, torna-se favorável para as exigências dispensadas pelo aluno.



Em conformidade, o aprendizado para a comunidade escolar acaba os tornando mais humanos, visto que rompe o paradigma de que criança com necessidades não podem fazer parte do cotidiano, minimizando os preconceitos e discriminações, ademais pondera-se que a experiência vivenciada no EMEI João Morele sirva para ampliar a visão das demais instituições educacionais para a viabilidade da inclusão escolar.

A educação especial então, deve ser visto como um ato de mudança dentro do contexto escolar e social, a trajetória das políticas públicas em torno da educação inclusiva é longa e conquista através de movimentos sociais que visam a igualdade coletiva entre todos, possibilitando a integração de portadores de deficiência com os demais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Constituição Federal de 1988*. MEC-SEF, 1988.

_____. *Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial*. Brasília. MEC/SEESP, 2001.

_____. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Lei. N.13.146, de 6 de julho de 2015, Brasília: 2015.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da educação básica*. Lei n.9394, de 20 de setembro de 1996, Rio de Janeiro: DP&A, 1996.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. *Educação inclusiva na educação infantil*. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12, p.81-95, dez. 12.

CORREIA, Clacy Somenzi. *Desafio da inclusão no ambiente escolar: um estudo no município de Nova Londrina, PR*. 2014. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Métodos e Técnicas de Ensino, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

COTONHOTO, Larissy Alves. *Currículo e atendimento educacional especializado na educação infantil: possibilidades e desafios à inclusão escolar*. 2014. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.



ENELISE GALAN, Ana et al. *A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais e os desafios do docentena educação infantil*. Ensaio Pedagógicos, [s.i], v. 7, n. 2, p.22-34, dez. 2017.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MUSSATO, Luanna Nayara Silva. *A inclusão escolar do aluno com síndrome de down*. 2017. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, São Paulo, 2017.

SASSAKI, R. K. *Inclusão*. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VELTRONE, Aline Aparecida. *A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental*. 2008. 125 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

VITTA, F. C. F. de. *Cuidado e educação nas atividades do berçário e suas implicações na atuação profissional para o desenvolvimento e inclusão da criança de 0 a 18 meses*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.